

Empilhando bombas-relógio

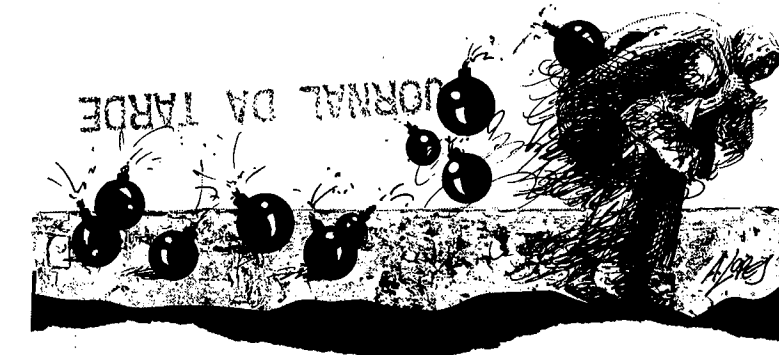
Rolf Kuntz

28 MAI 1996

O lado mais visível da crise política nacional pode ser medido em dinheiro. Os arranjos negociados há pouco tempo ou em negociação com o Tesouro e o Banco Central valem uns US\$ 45 bilhões. Isso não inclui os R\$ 28 bilhões envolvidos na substituição de títulos de Estados e municípios, no mercado financeiro, por papéis federais, mais fáceis de vender e de rolar. O problema não é saber de onde sairá o dinheiro para cobrir tudo isso, mesmo que, a médio prazo, só se tenha de pensar nos juros e no giro dos títulos emitidos. A grande massa de cidadãos pagará, é claro, e de três formas: com impostos, com desemprego, porque o impasse financeiro trava o crescimento, e com inflação maior que a necessária para acomodar as tensões normais numa economia normal.

Ao se render a pressões de banqueiros e bancadas — de fazendeiros, de Estados, de regiões e assim por diante —, o núcleo governista nem resolve os problemas imediatos, porque não consegue a aprovação fácil de seus projetos, nem limpa o caminho das contas públicas. O espaço para esse tipo de acerto está-se estreitando. Numa economia pouco exposta à competição internacional, como foi a brasileira durante décadas, a inflação, até certo ponto, se resolve como problema interno. A maioria paga a conta, os ricos ganham, a classe média leva suas migalhas e a vida continua. Sem crise no balanço de pagamentos, é possível esticar por muito tempo o jogo dos compromissos.

Isso acabou: numa economia razoavelmente aberta, inflação, produtividade e política fiscal têm de se ajustar a padrões internacionais. Não se trata de “modernidade”, mas de uma condição objetiva, goste-se ou não: é



NÃO HÁ PAÍS CAPAZ
DE SUPORTAR, POR MUITO TEMPO,
UMA EXPANSÃO TÃO VELOZ
DA DÍVIDA PÚBLICA

dentro desse quadro, e não negando-o, que se tem de enfrentar o problema da criação de empregados e da proteção aos desempregados. O crescimento da economia não bastará para resolver a questão do emprego, mas, sem ele, a situação certamente ficará pior. Da mesma forma, ganhos de eficiência tendem a eliminar empregos na produção, mas, sem esses ganhos, a devastação da indústria deixará multidões muito maiores na rua. Isso aconteceu na Argentina e estava acontecendo no Brasil. A criação de cotas para importações de têxteis da Ásia foi uma resposta, com atraso, a esse problema.

Essas questões não penetram, ainda, a maior parte do debate político brasileiro. As negociações prosseguem como se fosse possível, indefinidamente, manter os velhos processos de partilha. Não se trata de aprovar qualquer projeto de reforma da Previdência, de liquidar a Vale do Rio Doce a preço de banana ou de privatizar de uma vez a saúde. Há muita coisa ruim nesses projetos e em todo esse processo falsamente modernizante. Mas onde está a crítica de tudo

isso? Ou se procura simplesmente descartar toda mudança, rotulando-a de neoliberal, ou se converte a aprovação de não importa o quê num enorme leilão de votos. O núcleo governista, acuado, responde com um realismo também falso e se rende a todo tipo de chantagem.

Assim, o grande impasse brasileiro se disfarça no compromisso. Impasses podem ser fontes de inovação, de grandes mudanças. No Brasil, não. A saída é quase sempre uma forma de empurrar o problema para a frente. Nada se resolve, tudo se torna, com o tempo, mais grave e menos administrável do que antes.

A dívida federal fora do BC aumentou 108% nos 12 meses terminados em abril. A acumulação de reservas, num ambiente de juros muito altos, pode explicar a maior parte desse aumento. Mas é preciso olhar com um pouco mais de atenção. Essa dívida, de R\$ 138 bilhões, inclui R\$ 28,3 bilhões correspondentes a títulos, chamados LBC-E, emitidos para substituir papéis estaduais e municipais. Em julho de 1994, esses LBC-E equivaliam a 5,2% dos papéis federais fora do BC. Em

abril, a proporção era 20,5%. Há pouco tempo, para manter o apoio do PPB, o BC ainda assumiu a responsabilidade por R\$ 3 bilhões da dívida do Município de São Paulo.

A dívida federal tem sido ampliada, também, por títulos emitidos para neutralizar a expansão monetária resultante da ajuda aos bancos. Parte dessa ajuda é normal na operação de um BC. Corresponde ao chamado redesconto de liquidez. Parte do auxílio, no entanto, corresponde a um novo mecanismo, o Proer, criado especialmente para facilitar a compra de bancos quebrados por instituições saudáveis. Nesse jogo, o BC fica com o lado podre do banco quebrado, transfere o lado bom e ainda concede financiamento a juro mais baixo que aquele pago pelo giro dos papéis públicos (só os muito bobos, ou muito desinformados, acreditam que o Proer não tem custo para o governo. Nem o presidente do BC sustenta isso sem restrições).

Ao lado disso, a União tem de carregar o peso do socorro a Estados, a bancos oficiais, a ruralistas e a usineiros. Também acabará cobrindo o buraco do Fundo de Compensação de Variações Salariais, do velho Sistema Financeiro da Habitação. Parte desses compromissos não aparecerá, de imediato, na dívida líquida federal. Mas o peso lá estará, maior que o assinalado pela contabilidade, porque as garantias são no mínimo duvidosas. Não há país capaz de suportar, por muito tempo, uma expansão tão veloz da dívida pública. Quando se chegar ao limite, que se fará? Fechar o Brasil para reforma?

Rolf Kuntz é professor do Departamento de Filosofia da USP e jornalista de "O Estado de S. Paulo"